



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

Autos nº 0836520-54.2016.8.12.0001

Ação: Procedimento Comum Cível

Autor: Clodomira Vicente Francelino Garcia

Réu: Salvador Walter Lopes de Arruda

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

CLODOMIRA VICENTE FRANCELINO GARCIA,

com qualificação nos autos, propôs **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **SALVADOR WALTER LOPES DE ARRUDA**, também com qualificação nos autos, formulando o seguinte pedido:

"d) A condenação da parte requerida ao pagamento de indenização pelos danos MORAIS sofridos a parte autora, no valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), devidamente corrigidos;"

Como causa de pedir, sustenta que é técnica de enfermagem no Hospital Santa Casa (Associação Beneficente de Campo Grande), sendo que no dia 27/07/2016, trabalhava na sala de cirurgia 10, juntamente com outros profissionais da área da saúde, para o procedimento cirúrgico em determinado paciente, quando percebeu que o médico requerido estava sem a máscara cirúrgica de uso obrigatório.

Alegou que solicitou ao mesmo que colocasse a máscara, com a devida urbanidade, mas este a respondeu com injúrias e ofensas.

Relatou que o requerido chegou a dizer "vai tomar no cú" e que "só usaria a máscara pelo fato de outro médico o pedir, que não obedeceria uma raça ou classe inferior", além de se referir à autora como "animal" para a chefe de enfermagem.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

Ressaltou que o requerido responde como autor em diversos processos criminais referentes à injúria, difamação, perturbação da tranquilidade e outros fatos, todos praticados no exercício de sua profissão, em hospitais e clínicas médicas.

Foi designada audiência de conciliação, a qual restou sem êxito (fl. 77).

A parte ré foi citada (fl. 81), sendo que compareceu aos autos e ofertou contestação (fls. 82/86), alegando, em síntese o seguinte: 1) não ofendeu a a requerente, não tendo utilizado de expressões chulas, de baixo calão; 2) no dia dos fatos, o requerido como o médico cirurgião é quem comanda a sala de cirurgia e não a técnica de enfermagem; 3) a requerida é quem abordou o requerido de forma inaceitável e diante dos presentes, assim se expressando: "*O senhor não se sente envergonhado de não usar máscara diante dos seus residentes*". Diante disso, o requerido explicou que ainda não tinham iniciado o procedimento cirúrgico e ordenou que a requerente se retirasse da sala; 4) impugnou os Boletins de Ocorrência juntados, até porque os fatos neles declinados não estão em julgamento nesta ação e nem tampouco em qualquer outra; 5) requereu o julgamento improcedente da demanda.

A parte autora deixou de impugnar os termos da contestação (fl. 89).

O feito foi saneado na decisão de fls. 94/95 , designando-se audiência de instrução e julgamento.

Na audiência de instrução e julgamento foram colhidos os depoimentos pessoais das partes e ouvidas as testemunhas (fl.109).

Em seguida, as partes apresentaram alegações finais, vindo a requerente a juntar outros documentos (fls. 125/129).

Ante a juntada de documentos pela parte autora, o requerido foi intimado e requereu o desentranhamento dos documentos juntados (fls. 133/136).



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.I – DOCUMENTOS VINDO COM AS ALEGAÇÕES

FINAIS DA REQUERENTE

Inicialmente, reputo que deve ser deferido o requerimento do requerido de desentranhamento dos documentos de fls. 125/129.

Com efeito, declarações extrajudiciais equiparam-se a prova documental e, nos termos do art. 434 do Código de Processo Civil, o momento para produção de prova documental pela parte autora é por ocasião da propositura da ação.

Fora desse momento processual, devem estar presentes uma das hipóteses do art. 435, *caput* ou parágrafo único, do mesmo Código, que permite às partes, *"em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos"*.

Permite-se, ainda, *"a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5.º"*.

No caso em tela não estão presentes as exceções legais, bem como é manifestamente discutível a boa-fé da parte autora no procedimento.

Com efeito, os documentos foram apresentados com as alegações finais, ou seja, após encerrada a instrução processual e o decurso de prazo para especificação de provas, do que as partes foram intimadas em 06/02/2018 (fl. 91), não se tratando de prova nova, pois datam de agosto de 2016.

Ademais, os documentos juntados são declarações



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

extrajudiciais colhidas em papel timbrado do escritório do advogado da parte autora, ou seja, são documentos unilaterais e sem observância de qualquer contraditório.

Aliás, as declarações teriam sido prestadas por KAMILA RIBEIRO BORHER DE SAMPAIO e PAULA CRISTINA BARROS DE MATOS, que foram indicadas pela parte autora como testemunhas e houve desistência da oitiva na audiência de instrução e julgamento pela parte autora, posto que não compareceram ao ato, de modo que o deferimento de juntada de tais "declarações" neste momento processual implicaria em permitir prova já atingida pela preclusão.

Diante do exposto, **INDEFIRO** a juntada dos documentos de fls. 125/129, determinando que sejam tornados sem efeito no processo digital.

II.II – DO MÉRITO

Trata-se de ação de indenização por danos morais derivada de suposta ofensa, com xingamentos e humilhações, proferida em desfavor da requerente (enfermeira) pelo requerido (médico), quando ambos estavam trabalhando no Hospital Santa Casa de Campo Grande, no dia 27/07/2016, pouco antes do início de uma cirurgia.

Para que exista o dever de indenizar, como é sabido, é necessário que estejam presentes os elementos da responsabilidade civil, tais sejam: ação ou omissão, dano, nexo de causalidade e culpa ou dolo.

Nesse sentido são as disposições dos arts. 186 e 927, ambos do Código Civil vigente, que, assim dispõem:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

“Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Logo, provada existência da ação ou omissão voluntária,



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

negligência ou imprudência, que cause prejuízo a outrem, o responsável pela violação fica obrigado a reparar o dano causado.

No que pertine à caracterização do dano moral, são pertinentes as lições sempre atuais de Yussef Said Cahali “*Na realidade, multifacetário o ser anímico, tudo aquilo que molesta a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de princípio, como dano moral;*” ⁽¹⁾.

No caso dos autos, tais elementos NÃO restaram devidamente provados e justificam o julgamento de improcedência dos pedidos formulados na petição inicial.

As declarações extrajudiciais de KAMILA SAMPAIO, chefe de enfermagem do Hospital Santa Casa (fl. 19), apenas relatam o que a requerente lhe disse, pois tal profissional não presenciou os fatos, sendo certo que apesar de arrolar tal testemunha para ser ouvida na instrução processual, a parte autora desistiu de sua oitiva na audiência de instrução e julgamento.

De outro viés, os Boletins de Ocorrências de fls. 20/64 não se referem à situação relatada na inicial e têm como vítimas pessoas diversas da requerente.

Aliás, em consulta ao sítio do TJ-MS ⁽²⁾, nenhum processo crime foi encontrado em nome do autor, a não ser o processo nº 0014542-40.2015.8.12.0001, o qual tramita na 5ª Vara criminal desta Comarca e ainda não foi julgado, sendo que não se refere a crime contra a honra.

De outro vértice, nos depoimentos das testemunhas é possível concluir que no momento da cirurgia no dia 27/07/2016 as partes se desentenderam por conta do uso de máscara cirúrgica, mas nada foi comprovado quanto

¹ Dano Moral, ed. RT., 2000, p. 20.

² <https://esaj.tjms.jus.br/cpopg5/search.do?cdForo=1&dadosConsulta.localPesquisa.cdLocal=1&cbPesquisa=NUMPROC&dePesquisa=Termo%20consulta...&tipoNuProcesso=SAJ>, acesso em 21/08/2019, às 17h40min.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

às alegadas ofensas e tratamento ofensivo do requerido em desfavor da requerente.

A respeito dos fatos, destaco trechos dos depoimentos das testemunhas que presenciaram os fatos, todos médicos-residentes da Santa Casa de Campo Grande na época dos fatos, iniciando por LUIZ GUSTAVO PEREIRA, como segue abaixo:

"Luiz Gustavo: O que eu lembro é que houve uma desavença entre o senhor Salvador e a Clodomira, em relação a colocar a máscara. Se eu não me engano, ela chamou a atenção dele para o fato dele não estar com a máscara. Isso ficou marcado pra mim, porque foi algo diferente e que chamou atenção. Basicamente é isso que lembro, que ele pediu para ela sair da sala, porque ele se sentiu ofendido pelo fato. Depois disso eu lembro que o Dr. Salvador acabou conversando com outra enfermeira, pediu pra chamar outra pessoa, mas eu não vi e não lembro disso; só me lembro do momento da cirurgia, que foi onde eu estava participando e que aconteceu na minha frente; depois eu não lembro de mais nada.

Advogado: Já tinha iniciado a cirurgia? O ato cirúrgico em si?

Luiz Gustavo: Não. Estava preparando.

Advogado: É usual não utilizar a máscara antes de iniciar propriamente a cirurgia?

Luiz Gustavo: Sim, é usual.

Advogado: A abordagem que ela fez ao Dr. Salvador foi uma abordagem profissional ou foi uma abordagem meia grosseira, fora dos padrões?

Luiz Gustavo: O fato de chamar atenção na frente da gente eu achei um que foi pouco grosseiro sim, porque foi na frente dos outros profissionais.

(...)

Advogado: Como era a conduta do Dr. Salvador? Ele era uma pessoa que seguia os protocolos, era sistemático?

Luiz Gustavo: Nunca vi ele discutir com nenhuma enfermeira, principalmente no centro cirúrgico, onde tem que ter uma relação mais profissional e sério, que o paciente está em momento delicado." (transcrição do depoimento da testemunha Luiz Gustavo Pereira Boutros de fl. 109 – de 02min22s até 04min34s).

No mesmo sentido, ELCIO REY disse sobre a motivação do requerido para que a requerente se retirasse da sala de cirurgia:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

"Elcio Rey: Nenhum momento ouvi alguma palavra de baixo calão na sala, que eu lembre, se teve alguma coisa fora é outra coisa.

Advogado: Você se recorda dessa técnica de enfermagem chamar atenção do Dr. Salvador, alegando que ele não estava usando máscara?

Elcio Rey: De discussão não vi. Se foi falado de máscara era uma coisa muito corriqueira. (...) Não ouvi nada desse agravo.

Advogado: O Dr Salvador sempre teve boa conduta profissional no trabalho na sala cirúrgica, durante os anos que o senhor trabalhou lá?

Elcio Rey: Na parte técnica-cirúrgica com certeza. Nunca vi ele querer discutir com auxiliar ou técnico, porque ele sempre chama quem é o responsável da sala ou um enfermeiro ou médico cheque e ai ele delega." (transcrição do depoimento da testemunha Elcio Rey Campos Flores de fl. 109 – de 03min11s até 05min26s).

Por fim, GABRIEL MARCONDES DE LIMA, disse que também presenciou os fatos, descrevendo-os:

"Advogado: Como que foi a abordagem da técnica de enfermagem?

Gabriel: Ela chegou e falou pra ele: 'Porque ele não estaria usando a máscara cirúrgica'. Se ele tinha vergonha de usar como exemplo para os alunos. Nós achamos estranho a forma que ele chegou abordando. Ai pediu para ela se retirar da sala e chamou o superior dela. Veio o superior dela.

(...)

Advogado: Houve entre o Dr Salvador e ela, alguma palavra de baixo calão?

Gabriel: Não. Ali na sala cirúrgica não teve isso aí". (transcrição do depoimento da testemunha Gabriel Marcondes de Lima de fl. 109 – de 2min até 02min45s).

Nesse contexto, conclui-se que a desavença entre as partes se deu por conta de abordagem feita pela requerente ao requerido por conta da utilização de máscara cirúrgica, sendo que o requerido não gostou da forma que foi abordado, assim como a requerente, mas não ficou comprovado qualquer ofensa ou que o requerido tenha destrutado ou humilhado a requerente nessa ocasião.

De tal prova colhida na instrução processual, apenas restou comprovado que o requerido, como médico responsável por aquela cirurgia, solicitou que a enfermeira se retirasse da sala, chamando em seguida a superior da mesma para relatar a



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
5ª Vara Cível

ocorrência.

Tratando-se de meras desinteligências insuficientes para caracterização de dano moral, afasta-se a configuração de dano à honra dos envolvidos e, por consequência, impõe-se o julgamento de improcedência do pleito indenizatório.

III - DISPOSITIVO

Posto isso, nos termos da fundamentação supra e com respaldo no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL** .

Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte requerida, os quais, à vista do grau de zelo do profissional (bom), o local de prestação de serviço (escritório nesta Comarca), a natureza e a importância da causa e os atos processuais praticados (feito instruído), fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa (art. 85, §2º, I a IV, do Código de Processo Civil), cuja exigibilidade fica suspensa na forma do art. 98, §3º, do mesmo Código..

Julgo resolvido o mérito da causa na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Campo Grande/MS, *data do sistema*.

Wilson Leite Corrêa

Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente